



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: DOMINGOS DISSEI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 21 de março de 2011

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

**O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva)** – Bom dia a todos. Como Vice-Presidente, declaro aberta a terceira audiência pública da Comissão de Política Urbana.

Esta é a quarta audiência pública do PL 47/10 do Executivo, que dispõe sobre a outorga e a gestão de concessão, visando a criação, confecção, instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais de tempo, temperatura, qualidade do ar e outras informações institucionais, de abrigos de parada de transporte público de passageiros e de totens indicativos de parada de ônibus, com exploração publicitária.

Anunciamos a presença do Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, acompanhado dos Vereadores Ushitaro Kamia, Claudio Prado, Tião Farias, – nosso grande amigo da zona Leste – e do nosso querido David Soares. Anuncio também as presenças do Vereador Paulo Frange, membro da Comissão de Política Urbana; do Sr. Elton Zacarias, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras e do Dr. Francisco Christovam.

Está aberta a sessão.

Tem a palavra o Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Primeiro, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, neste Plenário, para discutir sobre um projeto importante da Cidade. Está presente também o Vereador Netinho de Paula, obrigado.

A questão fundamental deste debate é relatar que a Comissão de Constituição e Justiça realizou uma primeira audiência pública, no ano passado, reconhecendo a constitucionalidade e legalidade desta matéria e apontando que esta Casa precisa se manifestar sobre matéria dessa relevância. Esta é terceira reunião realizada pela Comissão de Política Urbana, na qual passei os últimos dois anos e pelo qual tenho um carinho todo especial, que percorreu todo o território da cidade de São Paulo realizando mais de 40 audiências públicas, quando da Revisão do Plano Diretor.

Neste momento, nos reunimos para abordar algo fundamental: de que forma a lei Cidade Limpa, tão importante para a Cidade e que nos inseriu no cenário mundial, pode ser tratada na questão do financiamento de abrigos e relógios. Este é o debate em que estamos inseridos: de que forma o aproveitamento publicitário de abrigos e relógios poderá não só financiá-los como ampliar um sistema de segurança e conforto para o passageiro do sistema público de transporte, assim como a oferta, cada vez mais eficiente, de informações a partir daquilo que, no passado, era um relógio e que hoje pode ser um equipamento de informação muito eficiente nas mãos do setor público; seja para veicular informações de tempo, temperatura e qualidade do ar, como também para informar ao cidadão sobre a circulação viária na Cidade.

Desejo que esta comissão continue o que vem fazendo. Lembro que, neste ano, a comissão já realizou duas audiências sobre esta matéria e outras. Já discutimos sobre o desenho universal e a nova modelagem de política tributária para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Agradeço aos membros desta comissão, uma das mais ativas desta Casa, – assim deve ser. O funcionamento da Cidade passa pelo desejo desta comissão, pela orientação da população e o que esta comissão pode fazer por síntese.

Quem sabe ao final do debate de hoje, tenhamos condições de levar ao Plenário a síntese deste e dos outros debates à medida que, a partir de amanhã, conforme decisão do Colégio de Líderes, o projeto possa estar pautado para discussão e votação. Desejo que o dia de hoje seja recheado de ofertas da sociedade e da capacidade de síntese dos Srs. Parlamentares para o debate neste Plenário, na sessão extraordinária já convocada pela Mesa da Casa, e permita à Cidade a compreensão absoluta de que temas discutimos e por quê.

Bom trabalho aos Srs. Vereadores e àqueles que nos acompanham.

**O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva)** – Obrigado pelas considerações, - sempre sábias. O Vereador Police Neto foi membro da Comissão de Política Urbana, Relator do Plano

Diretor Estratégico e uma pessoa que conhece profundamente os problemas desta Cidade.

Registro as presenças do Vereador Antonio Goulart, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e do Vereador Netinho de Paula, Secretário Geral.

Tem a palavra ao Sr. Elton Zacarias, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras.

**O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS** – Bom dia a todos. Cumprimento os Vereadores presentes.

Hoje, temos em operação 310 relógios dos quais mais de 100 estão totalmente obsoletos e temos dificuldades em realizar a manutenção. Esses relógios servem de painéis de informação para a população, são muito importantes e podem vir a trazer informações cada vez mais significativas para a população - como questões de trânsito e etc - com a sua modernização. Hoje, eles não estão atendendo às expectativas da população da forma como estão.

Em relação aos abrigos, a ideia é desonerar a Cidade de um custo significativo. Hoje, temos mais de 40 mil pontos de paradas, plataformas de embarque, pontos de ônibus, pontos de parada de ônibus.

O Executivo entende que o modelo de concessão para a exploração desses dois artigos de mobiliário urbano é importante para desonerar a Cidade e prestar um melhor serviço à população.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios online.

Tem a palavra o Sr. Francisco, membro do Executivo, que com certeza tem algo a apresentar ou sugerir com relação ao debate que iniciaremos nesta Casa a partir de amanhã, quando o projeto já estará em pauta para discussão.

**O SR. FRANCISCO ARMANDO NOSCHANG CHRISTOVAM** – Bom dia a todos.

Cumprimento os Vereadores presentes e o Sr. Elton Zacarias, Secretário.

Tenho pouco a aduzir neste momento uma vez que, na audiência pública anterior, tivemos a oportunidade de discutir com mais detalhes as questões técnicas.

Para permitir uma melhor conceituação da questão talvez valesse a pena dizer que com a cisão da antiga Emurb, criaram-se duas empresas: a SP Urbanismo, mais ligada a desenvolvimento de Planos Diretores, montagem de Operações Urbanas; e a SP Obras que é responsável pela viabilização dos grandes empreendimentos na cidade de São Paulo e, em particular, fará a gestão de todo o mobiliário urbano.

O mobiliário urbano deve ser concebido pela SP Urbanismo à semelhança do que acontece com as Operações Urbanas e depois vem para a SP Obras para sua implantação, manutenção, conservação, enfim, para a gestão desses mobiliários.

Neste momento o Projeto de Lei 047 trata da concessão dos relógios de temperatura, hora e outras informações que possamos decidir na confecção do edital e também dos abrigos de ônibus, em particular, aqueles da área do Centro expandido que estão, como todos conhecem, absolutamente abandonados. São cerca de 1.200 abrigos instalados na região e temos a preocupação não somente de colocá-los em funcionamento o mais rápido possível, mas também eventual aumento do número de abrigos que possam ser instalados na região.

Neste momento, estamos discutindo no Executivo, mais no campo da autorização, para que possamos ter todas as condições de elaborar o edital de licitação, realizar as audiências públicas necessárias por força do edital e darmos sequência ao processo licitatório e assim possamos ter a concessão dos dois mobiliários urbanos: relógios e abrigos.

Fico à disposição para outros esclarecimentos ao longo desta audiência.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sr. Secretário, na audiência pública anterior, tínhamos uma dúvida. Por que não duas leis, uma tratando de relógios e uma outra

concessão específica para os terminais? Ouvimos que seria mais interessante uma única lei que tratasse dos dois assuntos porque o financiamento viria de uma única forma, ou seja, a publicidade seria financiadora não só dos relógios, mas também dos terminais. Essa asserção parece correta. É isso? Temos o financiamento dessa concessão, ou seja, ela é patrocinada pela publicidade.

Ouvimos também que o modelo, sendo dessa forma, seria mais fácil de o Município estabelecer uma forma de paisagem urbana modelada pelo próprio Executivo, ou seja, o Executivo estabeleceria que tipo de situação teríamos para a toda a Cidade.

A minha dúvida é: será que o abrigo da região de Pinheiros, onde o vandalismo é muito menor, teria a mesma concepção arquitetônica e estrutural que o abrigo de Perus e Cidade Tiradentes, onde as avenidas ficarão sem sequer com a visita de um policial militar por 6 ou 8 horas durante a noite? Será que não teríamos de avançar nessa discussão da mesma forma que hoje o CDHU e a Cohab tratam dos elevadores dos prédios perante o vandalismo?

Teríamos de pensar em abrigos diferenciados para as regiões onde a agressividade ao equipamento público é maior. Temos agressividade e vandalismo em creches, ou seja, lugar que cuida de criança. Imagine em ponto de ônibus que recepciona o bêbado, o drogado, as pessoas que são inclusive diferenciadas do grande público da sociedade paulistana.

Não seria interessante pensar nesse aspecto? Não seria interessante pensar em modelos diferentes para regiões diferentes? Isso seria abordado no projeto de lei ou na discussão do edital?

Por que não tratarmos os abrigos apenas como a parte mais importante desse processo, pois possui um grande alcance social? Acolherá mais da metade da população de São Paulo que utiliza o sistema de transporte público e deixar a publicidade exclusivamente para um deles que seria no caso os relógios no qual o valor agregado do milímetro quadrado ou do metro quadrado dessa publicidade seria muito mais elevado, com muito mais visibilidade e patrocinaria inclusive os abrigos?

Imaginem 14 mil pontos na Cidade. Se a Coca-Cola resolver fazer uma propaganda do seu produto na cidade inteira – e estou me referindo à Coca-Cola, porque todos aqui a conhecem, ninguém deixa de comprar dela -, seriam 14 mil pontos. Então, qual seria o valor de uma placa dessa na cidade inteira? Cem reais? Cinquenta reais? Imaginem, então, colocando-se em apenas 100 pontos de relógios a palavra Coca-Cola, quanto não custaria a visibilidade dessa publicidade. Imaginem se isso não seria muito mais atrativo do ponto de vista de *marketing* para as empresas e para quem também mora na Cidade. Já que estamos falando de Cidade Limpa, teríamos uma cidade muito mais limpa nesse processo.

A terceira e última questão refere-se aos 14 mil abrigos. Aqui não se fala em prazo de implantação, em nada. Será que iremos utilizar esses 14 mil com publicidade? Vamos cobrar a implantação desses 14 mil? E por qual prazo? Vamos colocar publicidade em quantos? Em todos? Vamos diluir, seguindo a lei da oferta e da procura - se houver demais, fica barato, então não é interessante para quem está investindo? Ou será que vamos estabelecer que apenas 20% dos 14 mil teriam publicidade? Qual a razão de se colocar publicidade numa área? Zepam e Zepag, há muito em São Paulo. Há muita área com grande extensão territorial da Cidade, e há também a zona rural. Os terminais estão lá. Pergunto: será que há interesse em se colocar publicidade nesses locais?

Essas três perguntas são, na verdade, remanescentes da discussão anterior, Secretário Elton, portanto não se trata de nenhum novo questionamento. Ficamos depois da reunião, pois o Dr. Francisco nos trouxe uma série de explicações e começamos a pensar como seria essa equação.

Embora a discussão sobre esse edital não seja do Legislativo, poderíamos contribuir para fortalecer a relação de vocês com o empresariado no sentido de um edital mais dirigido, que possa atender melhor à expectativa da cidade de São Paulo.

Passo agora a palavra para o Secretário Elton Zacarias.

**O SR. ELTON ZACARIAS** – Farei rapidamente algumas ponderações em relação

aos abrigos. Quando falamos em ter de 14 mil a 15 mil pontos de parada de ônibus, não significa que tenhamos o mesmo número de abrigos de ônibus. Inclusive, na periferia temos calçadas na faixa de 80 centímetros a 1 metro, as quais não comportam a colocação de um abrigo. Imaginamos que o número de abrigos na Cidade seria algo em torno de no máximo 5 mil, e mercados publicitários, variáveis. A população de São de Miguel ou a mais periférica atingiria uma faixa de mercado publicitário, ao passo que a população mais central, outra. Esse seria o nicho. O que acabará acontecendo é que a exploração na área central da Cidade irá financiar a manutenção, na área periférica, de todos os equipamentos de abrigo.

Quanto aos relógios, com o final da Lei Cidade Limpa, é difícil imaginar que o montante destinado à publicidade vai aumentar. Não é porque o relógio passou a fazer parte das mídias que esse volume de recursos publicitários vai aumentar na Cidade. O que pode ocorrer é uma divisão. Hoje esse recurso já está locado em algum lugar. Será que ele irá migrar para o relógio num valor que – imagina-se – seria tão compensatório assim para o Município? Refiro-me a essa limitação de uma exploração para mil coca-colas, por exemplo. Não sei. Essa é uma dúvida que deverá aparecer na modelagem do edital. Virá a consulta pública, virão as audiências públicas, e deveremos discutir o teor dessa concessão.

No momento, a Prefeitura entende que o ideal é se pensar na modelagem como um todo para a discussão com o mercado publicitário, para se saber a que números iremos chegar.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Dr. Elton. O Dr. Francisco quer comentar?

**O SR. FRANCISCO CHRISTOVAM (?)** – Acho que já está respondido.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o nobre Vereador Tião Farias.

**O SR. TIÃO FARIAS** - Minha exposição será breve. É uma preocupação que tenho em relação à questão abordada pelo Vereador Paulo Frange, sobre vandalismo. Mas vândalo existe não só na periferia, mas na Cidade como um todo; aliás, há pouco tempo, jovens de

classe média alta foram vistos na Avenida Paulista cometendo não só vandalismo contra a propriedade como também violência contra pessoas. Quer dizer, isso é uma preocupação que deve ocorrer em relação a toda a Cidade.

Minha preocupação é com a reposição e com a manutenção dos pontos. Penso que o metrô de São Paulo é um bom exemplo, um bom parâmetro. Ele é referência para várias cidades do mundo, possuindo um serviço noturno de reposição e de manutenção que garante que todo os dias as pessoas encontrem os vagões limpos, em ordem, sem pichações *etc.* Da mesma forma, temos de ter uma preocupação com a reposição e com a manutenção desses pontos.

Além disso, há a questão da modernização. Hoje, de seis em seis meses há novidades na área de comunicação visual e propaganda. Temos de saber se o que fizermos ficará ou não obsoleto em pouco tempo. Temos de saber o que está sendo pensado nesse aspecto.

**O SR. ELTON ZACARIAS** – Obviamente, é muito pertinente a questão levantada. Imagino que os maiores interessados em manter os abrigos e mesmo os relógios em perfeito estado de conservação e funcionamento são aqueles que vão utilizar esse mobiliário como o estandarte, aquele local onde será exibida a propaganda. Nenhum anunciante, muito menos o contratado – no caso, o concessionário – terá interesse em oferecer principalmente às agências de publicidade um espaço deteriorado, um abrigo quebrado, mal conservado, ou um relógio que não funciona, em que a hora não esteja devidamente regulada, e assim por diante. Então, quanto a isso, não vejo muito problema.

Até entendo a preocupação do Vereador no seguinte sentido: hoje, infelizmente, temos esses dois mobiliários – tanto os relógios como os abrigos – em estado de miséria. Com a publicação da Lei Cidade Limpa, a empresa que administrava os relógios entregou esses bens. Essa transferência já constava do contrato, eles se tornaram bens públicos. Aí, a duras penas, conseguimos, por meio da Secretaria de Infraestrutura, licitar e contratar uma empresa

para fazer a manutenção. O Secretário já mencionou, numa entrevista que concedeu hoje, antes de iniciarmos esta audiência, que está havendo canibalismo. E tem de ser assim mesmo, porque esses equipamentos estão com mais de 20 anos de utilização, portanto não há mais peças e não vale a pena desenvolvê-las para um equipamento que será retirado brevemente, conforme espero.

No caso dos abrigos, a situação é muito semelhante. Os abrigos foram instalados e vinham sendo conservados quando existia uma empresa que cuidava de explorar o espaço disponível para a venda de propaganda. Na medida em que esse contrato foi encerrado, os abrigos ficaram totalmente abandonados e estão hoje em estado de miséria. A SPTrans, inclusive neste momento, deverá publicar duas concorrências para contratar duas empresas diferentes, imagino. É ela que está conduzindo esse edital. Uma empresa será contratada para a manutenção rápida desses 1,2 mil abrigos que estão hoje instalados na Cidade; outra, para fazer a manutenção das estações de embarque e desembarque.

São duas concorrências separadas, que serão publicadas brevemente para que o Poder Público possa ter empresas capazes de fazer a manutenção. Esse processo licitatório que levará de quatro a seis meses, deverá selecionar duas empresas: uma das contratadas removerá todos esses relógios e deverá implantar novos; a outra, muito provavelmente, retirará esses abrigos instalados; imaginamos colocar no edital de licitação que eles devem ser recuperados e, aqueles que estiverem em condições, reaproveitados e instalados em algum lugar, já que fazem parte do patrimônio da Cidade.

Vejo, então, Vereador, que não temos que nos preocupar com essa questão, porque as empresas vencedoras, as concessionárias terão o maior interesse em colocar à disposição das agências de publicidade um veículo que a população aprecie e para o qual queiram olhar a fim de saberem o que está sendo veiculado como publicidade.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Dr. Francisco. Passo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Savério, da Cartaxi.

**O SR. ANTONIO CARLOS SAVÉRIO** – Bom dia, Srs. Vereadores. Sou sócio da empresa Cartaxi – Publicidade em Táxi. A minha questão não é sobre os abrigos e totens e sim sobre publicidade em táxis. Infelizmente, taxistas e empresas que anunciam em táxis ficaram prejudicados com a Lei Cidade Limpa, porque em todos os outros municípios vizinhos à cidade de São Paulo, nas demais cidades brasileiras e em muitas do mundo, que inclusive seguem leis contra a poluição visual, os táxis veiculam propagandas, que se convertem em uma receita muito importante à categoria de taxistas, que já é bem sofrida. Infelizmente, com implantação dessa lei, os taxistas tiveram de interromper a prática da publicidade nos veículos.

A Cartaxi é uma empresa pioneira de publicidade em táxis no Brasil, tendo suas atividades iniciadas no ano de 1990. Quando a Lei Cidade Limpa foi implementada, tínhamos, além da Cartaxi, muitas outras empresas, que, até por conta da proibição de publicidade, deixaram de existir, fato que ocasionou grandes perdas a esses empresários e, conseqüentemente, aos empregados; inclusive, na época, muito foi dito que esses seriam realocados em outros segmentos, mas a verdade é que muitos deles estão até hoje tentando a sorte no mercado de trabalho.

A mídia em táxis é também muito utilizada pelo próprio governo na divulgação de campanhas de saúde, como a campanha da dengue do Governo Federal e por meio de informações de cunho social, como o alerta contra a exploração sexual de menores, também campanha do Governo Federal. Inclusive, a agência de publicidade que nos procurou até nos indagou sobre o porquê de no Município de São Paulo não se poder veicular esse tipo de propaganda. Eles não entendiam o porquê da proibição na cidade de São Paulo.

Outra situação que também achamos ser uma grande injustiça é o fato de grandes empresas poderem fazer divulgação de seus produtos em seus veículos de entrega; são espaços muito maiores do que os dos táxis. Isso já foi nos questionado por diversas associações de táxis que nos procuraram.

A mídia em táxi é democrática e social; democrática porque qualquer anunciante de

pequeno porte pode se utilizar desse meio, que é para ele muito mais econômico; e social porque 60% da receita vai direto para o bolso do taxista, trabalhador que pertence a uma categoria, reitero, muito sofrida.

Por fim, gostaria de dizer que estou de posse de uma cópia taquigráfica da fala de uma das pessoas do gabinete do então Secretário de Transportes, Sr. Frederico Bussinger, numa audiência pública ocorrida em 12/06/2006, na qual ele diz que o DTP – Departamento de Transportes Públicos – tinha total controle sobre as mídias: ou seja, os táxis, para veicular mídias, teriam antes de apresentar o *layout* da mídia ao DTP, com recolhimento de taxas.

Era esse o registro que tinha a fazer. Agradeço a oportunidade de poder falar do segmento dos taxistas, categoria essa tão importante. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o Sr. Ricardo Auriemma, da Adetax.

**O SR. RICARDO AURIEMMA** – Nobres Vereadores, senhoras e senhores, bom dia. Sou Presidente Associação das Empresas de Táxi de Frota do Município de São Paulo e vim também para reforçar a questão que o Sr. Savério expôs referente aos táxis. Acho que é muito oportuno chamarmos atenção para o projeto no que concerne aos locais de publicidade, principalmente em relação à cessão pública desses espaços. Relembro ainda a questão do táxi como um meio de transporte que pode veicular publicidade e levá-la a todos os espaços da cidade de São Paulo, já que, de modo geral, o táxi é um veículo que roda de 150 a 200 quilômetros por dia: de manhã, por exemplo, o veículo pode estar na zona Sul; ao meio dia, no Centro; de tarde, na zona Norte; e assim por diante.

Então, entendemos que a publicidade no táxi é sadia e não pejorativa e não vai contra a Lei da Cidade Limpa; pelo contrário, ajuda a melhorar um pouco mais o visual e faz com que os produtos possam ser promovidos.

Em relação a esse projeto, espero que essa pauta, que é muito interessante para a Cidade, seja discutida. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Apolinario.

**O SR. CARLOS APOLINARIO** – Sr. Presidente, aproveitando a presença dos Srs. Savério e Auriemma, e já que hoje estamos discutindo a questão do mobiliário urbano, sugiro que, numa outra oportunidade, o mais breve possível, possamos realizar uma audiência pública para tratar específica e exclusivamente da questão do táxi, para a qual seriam convidados todos aqueles que representam o segmento e também os taxistas. E hoje discutiríamos somente a questão do mobiliário urbano. É a sugestão que faço a V.Exa. e também à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vereador, sua sugestão, sem dúvida, é uma contribuição muito interessante, até porque contaria com a participação da Secretaria dos Transportes e dos representantes das atividades afins.

Tem a palavra o Sr. Luiz Fernando Rodovalho, da Sepex-SP - Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior.

**O SR. LUIZ FERNANDO RODOVALHO** – Srs. Vereadores, Secretários, senhoras e senhores, bom dia. Agradeço pela oportunidade de, em nome do Sepex – Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior, me manifestar.

Acho lamentável o PL 47/10 não contemplar outros tipos de mobiliário urbano. Temos o caso das bancas de jornais, cada banca tem um modelo, um tipo; a falta de banheiros públicos na cidade de São Paulo, onde a população encontra a maior dificuldade para usar um sanitário; as placas de ruas, sem nenhuma manutenção, estão todas caídas.

Como hoje estamos falando sobre mobiliário urbano, gostaria de comentar um assunto muito debatido entre as empresas, os políticos e a Emurb. Somos contra a licitação, o PL 47/10, quando trata sobre a concepção.

A palavra “concepção” é dúbia, subjetiva.

Pois não.

**O SR. FRANCISCO ARMANDO NOSCHANG CHRISTOVAM** – O senhor está falando de concepção ou de concessão?

**O SR. LUIZ FERNANDO RODOVALHO** - Concepção. Estamos falando de criação, técnica e preço.

Então, vejo da seguinte maneira: quando falamos de concepção, qual é a peça mais bonita, esta ou aquela? Alguns vereadores gostam do azul, outros do vermelho. Quem vai julgar isso? Simplesmente é uma banca julgadora de edital de licitação?

Em agosto de 2009, tivemos uma audiência pública na antiga Emurb, na qual a D. Regina Monteiro manifestou-se a favor dos relógios de rua que estão, hoje, instalados e abandonados. Quem disse que esse é o melhor modelo de relógio? Então, é algo muito subjetivo para julgarmos.

Em nossa opinião, deveríamos fazer um concurso nacional, no qual colocaríamos toda mobília da cidade de São Paulo e faríamos uma mobília com a cara de São Paulo. Não um abrigo de ônibus com um designer de escritório de arquitetura europeu ou americano. Por que não damos chance para os designers brasileiros, para os alunos das nossas faculdades e termos uma cara apenas da mobília para o abrigo de ônibus, o relógio, o banheiro, a placa de rua?

Portanto, somos contra esse tipo de licitação e projeto de lei, porém somos a favor que, nesse projeto de lei, haja um teto de investimento. Porque hoje quando se fala em licitação ficamos preocupados. Nunca ganhamos uma licitação no Brasil, ganham apenas as empresas multinacionais que são a Clear, no Rio de Janeiro e Curitiba; Decon, em Salvador. Não temos chance nenhuma. Primeiro pelo capital social que é solicitado, um valor absurdo que nenhuma empresa nacional teria; segundo, a outorga onerosa, o repasse que teríamos de dar para a Prefeitura nenhuma empresa nacional ou grupo teriam condições.

Todos sabem que as multinacionais vêm para o Brasil e não estão interessadas na publicidade, mas nas ações da Bolsa de Valores que sobem barbaridade. A hora que se fala

que a empresa pegou a cidade de São Paulo as ações triplicam, quadriplicam.

No caso de Nova York, a empresa multinacional pagou 1 bilhão para a cidade de Nova York para colocar o mobiliário. Isso nunca mais terá retorno, vocês concordam? Não é com a publicidade, porque publicidade tem um limite.

Outro item que os Srs. Vereadores comentaram, foi limitar o número de peças. Sou contra, porque com a Cidade Limpa o pequeno e o médio empresário não têm condições de expor seus produtos. Por exemplo, se for inaugurada uma *boutique* hoje não há lugar para colocar a publicidade. Se limitarmos na periferia o uso do abrigo de ônibus, ou do relógio, esse empresário, infelizmente, não terá sucesso.

Enfim, o que temos a dizer é que não somos contra a licitação, não somos contra a lei, somos a favor de realizar um concurso, mas somos contra fazer por concepção. Já houve impugnação na licitação passada, porque o Tribunal de Contas do Município não aceitava a licitação por concepção.

Então, se os senhores precisarem do Sindicato para trabalharmos uma lei, a quatro mãos, onde esteja claro que todos possamos participar, podem contar conosco.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – OK. Obrigado.

Passarei para o Secretário responder as primeiras três solicitações. Temos mais dois inscritos que falarão em seguida.

**O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS** – Rapidamente, repito que a modelagem da licitação ainda não está colocada. Levaremos em consideração as questões apresentadas pelo Presidente do Sindicato das Empresas de Publicidade de Exterior.

Quanto à proposta de licitar um conjunto de outras peças de mobiliário urbano, penso que a discussão não está madura o suficiente. Há muitas pessoas que são contra a instalação de banheiros públicos, por exemplo. Eles sempre deram muitos problemas de manutenção para a Emurb. Nunca se conseguiu chegar a uma modelagem ideal. Penso que o

Município está começando os processos de concessão, está aprendendo ainda. Portanto, se colocarmos na mesa um número muito extenso de peças de mobiliário, nós acabaremos ficando sem nada, porque o ótimo é inimigo do bom.

Era o que eu tinha a dizer.

Não sei se o Francisco quer dizer algo.

**O SR. FRANCISCO ARMANDO NOSCHANG CHRISTOVAM** – A título de esclarecimento, aqui em São Paulo talvez seja diferente, porque tínhamos uma empresa absolutamente nacional, que era a DNB, que fazia a exploração publicitária desses abrigos até o advento da Lei Cidade Limpa, assim como com os relógios que é uma empresa brasileira, ou seja, a Policromo de um lado e a DNB de outro. Em São Paulo as tradicionais empresas não tiveram a atuação direta. Não foram detentoras de nenhum contrato – apenas a título de esclarecimento.

O que não significa, obviamente, que numa licitação que venhamos a realizar elas participem, creio que vão, sim, porque são parceiras de empresas nacionais importantes e trazem uma experiência do que fazem lá fora. São quatro ou cinco empresas que atuam no mundo inteiro.

Penso que sozinhas não entrariam aqui, mas seriam parceiras eventuais – não tenho a menor condição de precisar, neste momento, o que poderá acontecer no futuro. Mas estão aí, mesmo, como o senhor mencionou, nas grandes capitais, pelo menos.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sr. Francisco, antes de passar a palavra, o assunto do táxi é recorrente na Casa. Pergunto ao senhor, que tem experiência, os pontos de táxi são parte integrante do mobiliário urbano, poderiam ser tratados neste projeto ou, eventualmente, numa discussão com os taxistas deveria ser tratado numa outra situação.

**O SR. FRANCISCO ARMANDO NOSCHANG CHRISTOVAM** – Na minha modesta opinião penso que deve ser tratado numa outra ocasião, porque é um mobiliário extremamente específico e também tem sua característica.

O ponto de táxi é um mobiliário que teremos de enfrentar à semelhança das bancas de jornal, dos banheiros públicos, das placas indicativas de rua, e outros até, mas deve ser em outro momento.

Como o Secretário Elton já mencionou, amadurecer um projeto não é fácil. Teremos de discutir muito com os interessados, os próprios taxistas e as pessoas que anunciam hoje nos pontos de táxi. Mas é objeto do nosso escopo de trabalho na SP Obras.

A publicidade em táxi não é, porque está em outra esfera, creio que seja do DTP. A Secretaria de Transportes que deverá cuidar disso, salvo melhor juízo.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Estão presentes conosco os Vereadores Juscelino Gadelha e Claudio Fonseca.

Tem a palavra o Sr. Paulo Renato (ininteligível), Aruan(?), do Desenvolvimento de Negócios e Participação.

**O SR. PAULO RENATO** – Bom dia a todos. Minha colocação aqui é um pouco mais provocativa, a fim de analisar o aspecto da sustentabilidade, em pontos de ônibus, bancas de jornais e relógios. Faço uma sugestão aos senhores, analisando as coisas sob a ótica de uma fundamentação, uma inserção, uma integração e da construção da ambiência. Pelas discussões, percebemos que isso não está acontecendo. Quem trabalha com publicidade, cada vez mais, está tomando conhecimento de que conteúdos estão associados à divulgação publicitária. Não há mais a ideia que a Coca-Cola coloca um pequeno anúncio. Aliás, hoje ela está sendo chamada para a responsabilidade social, ambiental e cultural. Há a Cidade 24 horas. São Paulo é o maior município do Hemisfério Sul, com toda essa projeção, e não tem a mínima interatividade com a população que aqui reside. Então, não é possível pensarmos, simplesmente, em relógios e pontos de ônibus. Lá pessoas ficam paradas, olhando. Aquele é um momento de interatividade e oportunidades de uma série de serviços que não estão sendo colocados à disposição. Não é analisada a interatividade, a tendência da publicidade para o futuro.

Vou falar sobre o táxi. Lá o passageiro fica sentado, e há um banco na frente. Lá há possibilidade de ser colocado um equipamento, que facilitará a interatividade com turismo e eventos que estão acontecendo na cidade. Hoje há 200 espetáculos teatrais por mês em São Paulo. Isso gera uma despesa, na mídia, na imprensa, na ordem de quatro milhões de reais. Isso nunca foi colocado para a mídia externa. Quantas pessoas não estão sendo empregadas ou estão deixando de ser empregadas nessas peças teatrais? Elas conseguem viabilizar a peça, mas não a divulgação. Isso é um ativador de todo um setor econômico. É ativado o comércio e a gastronomia. Essa questão precisa ser pensada. Vandalismo é exclusão. Não há interatividade e oportunidade de pessoas gerarem publicidade onde essas pessoas mais carentes têm possibilidade de consumo. Elas acabam não tomando conhecimento de coisas que estão acontecendo em seus bairros. Acaba havendo uma sociedade exclusivista e separatista. Não pensamos isso como um ativador econômico para a cidade. Trocar publicidade, simplesmente, para deixar manutenção de equipamentos é pobre. Isso é das décadas de 70 e 80; já passou. Hoje temos de fazer outras coisas. Há um desafio. Fico muito emocionado, porque temos um potencial enorme, nesta cidade, e pessoas ainda ficam pensando sobre coisas que ocorriam no século passado. Entramos no século XXI. A *Globo News* vive mostrando como se faz a publicidade em Berlim e Nova York. Pessoas não sabem como a cidade de Nova York traz eventos cinematográficos para promover a cidade.

A fundamentação insere com quê? Estamos discutindo que haverá separação e vandalismo. Hoje, cada vez mais, fala-se em integração e convergência de mídias. O que vem a ser isso? Hoje há televisão, rádio e *outdoor*. Isso acabou. Hoje há mais de 50 tipos de opções de mídia para atuação. Tem de haver integração e convergência. Estou falando de um processo muito mais sofisticado. Estou trabalhando num projeto, para a constituição de fundos privados para a área cultural. Fomos trabalhar nessa área. Há três anos, trabalhamos com projetos. Percebemos que é feito muito pouco, no país, e o pouco que é feito aparece.

Mais ou menos, cento e trinta projetos ficam com 500 milhões de reais, envolvendo

peças gabaritadas. Cito, por exemplo, a Bethânia, que conseguiu incentivo fiscal para o projeto do seu *blog*. Outros 4.200 projetos, mais ou menos, ficam brigando pela outra fatia de 500 milhões. O que ocorre? Levam-se quatro, cinco, seis e até dez anos, para ser viabilizado um projeto cultural. Pessoas não pensaram que esse projeto tem a ver com ativação turística. Não se faz recuperação imobiliária sem que haja integração com a cultura, para se dar vida ao patrimônio que está sendo levantado. É necessário haver mais integração, construindo ambiência, com disposição para serem oferecidas mais ideias, não se esquecendo de que o foco aqui tem de ser interatividade. Receitas que podem advir de um processo de interatividade são monstruosas. O Sr. Rodoválzio(?) citou uma série de coisas. Citaram sobre o aspecto do táxi, mas ninguém pensou na interatividade. A publicidade do século passado era a que estamos discutindo. Acabou. Temos de pensar que São Paulo tem de ser o modelo para o Brasil e o mundo, se souber aproveitar a oportunidade. Não se impede de se discutir o relógio, mas essa questão tem de ser pensada, na lei, na integração. É necessário serem promovidos, o quanto antes, debates, para levarmos em conta a banca de jornal, uma instituição.

Imaginem quantas coisas não podem ser prestadas numa banca, num táxi ou num ponto de táxi. Tudo está integrado. Meu filho recebe o pessoal de intercâmbio de escolas. Vêm franceses e espanhóis, e ficam impressionados com o tamanho da cidade, só que não conseguem entendê-la. Ficam aqui por quatro, cinco ou seis meses e vão para o Rio. Achem aquela cidade maravilhoso, e, por outro lado, acham São Paulo feio. Estou à disposição para explicar melhor tudo o que coloquei rapidamente aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Eu que agradeço.

Como não há mais inscritos, tem a palavra o nobre Vereador Carlos Apolinario.

**O SR. CARLOS APOLINARIO** – Sr. Presidente, acredito que colocações feitas por V.Exa. e também pelos oradores foram esclarecedoras. Tenho me preocupado com várias questões, inclusive com o modelo do relógio, ponto colocado pelo Sr. Renato. Para isso,

deveria ser feito um concurso. Há universidades e várias agências. Não importa se vão participar agências internacionais e nacionais. Esperamos que se desenvolva um modelo de relógio com a cara de São Paulo. A concorrência, para empresas que vão participar, pode haver a exigência de um capital acima do tamanho necessário. Claro que a Prefeitura não pode permitir que faça parte da concorrência uma empresa que deu um preço muito barato. Ela ganharia, mas depois não teria condições de instalar relógios e nem fazer manutenção. Isso não pode acontecer. Também não pode haver exigência de capital tão grande, que empresas nacionais não consigam participar concordância. Ela tem de ter um tamanho razoável. Um economista, ao fazer as contas, poderá dizer: “Essa empresa tem condições de participar”. Sei que não é intenção nem do Sr. Secretário nem do Sr. Prefeito de que a concorrência seja dirigida, tanto na escolha do modelo do relógio, quanto nas exigências que empresas nacionais não possam cumprir e participar da concorrência. Essas são as duas preocupações maiores que tenho. Falo do modelo do relógio. Deveria ser bem ampla a escolha do modelo do relógio. A segunda preocupação é sobre a exigência, para que somente empresas que não são multinacionais e nacionais, mas o tamanho de multinacionais, possam participar dos da questão do modelo de relógios.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sr. Secretário, na última audiência pública, ficou aqui uma desconfiança e isso partiu de nós. Já falamos que a localização de equipamentos tem de ser referenciada. Depois, falamos que relógios podem ter câmeras. Não especificamos que tipo. Em abrigos, não há câmeras. Surgiu, naturalmente, a preocupação de que pudéssemos estar aqui abrindo toda a infraestrutura, para que a cidade pudesse contar com pedágios no centro urbano, no centro expandido, podendo utilizar isso num futuro.

A Câmara já se manifestou, por várias vezes, que não gostaria de haver(?) pedágio urbano na cidade. Provavelmente, a partir de amanhã, havendo um debate nesse projeto, no substitutivo, vamos deixar bem claro que, em nenhuma circunstâncias, câmeras utilizadas em relógios poderiam ser utilizadas, num futuro, como instrumento de pedágio urbano.

**O SR. CARLOS APOLINARIO** – Sr. Presidente, sou contrário a isso, porque defendo o pedágio urbano. Inclusive, tenho um projeto apresentado, na Câmara, nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Esse debate vai avançar um pouco amanhã, e, com certeza, haverá aqui uma série de debates, com mensagens absolutamente diferentes. A outra situação era com relação às mensagens institucionais que o projeto prevê. Há necessidade muito grande na velocidade de se abordar a sociedade, com relação às campanhas, principalmente a dengue e algumas epidemias que, eventualmente, há na cidade. Agora há conjuntivite. Aqui não é estabelecido o percentual, de que forma haverá esse relacionamento institucional, com essa publicidade para as campanhas. Há uma velocidade alta de se alcançar a sociedade. O jornal demora muito, e nem sempre as próprias TVs têm facilidade de acessarem informações para repassá-las. Quando o município contrata, via mídia, acabamos fazendo com que informações cheguem dias depois. Utilizando esses pontos, a sociedade teria acesso muito grande a esses dados.

Ao responder as perguntas, gostaria que o V.Exa. agregasse essas duas ansiedades que surgiram na última reunião. O Sr. Francisco chegou a abordar isso, mas seria bom retomarmos isso, porque tenho certeza que esse assunto retornará ao debate amanhã.

**O SR. ELTON ZACARIAS** – Em relação aos questionamentos colocados, em primeiro lugar, essa Prefeitura prima pela transparência. Temos uma preocupação muito grande que esse processo seja democrático e transparente. Para nós, membros do Executivo, temos de defender o interesse público. Quanto à questão de capital, se a empresa é pequena ou grande e pode ou não participar, o que nos importa é haver garantida da prestação de um serviço eficiente para o município. Esta cidade é a maior da América Latina. Não podemos imaginar que pequenas empresas vão participar desse processo. Elas até podem, agregadas a empresas que tenham condições de prestar um serviço bom para a cidade.

Quanto à questão de câmeras em relógios, elas têm algumas interfaces. Não posso

imaginar que serão usadas para o pedágio urbano.

Não dá para imaginar isso, acho que há outras formas tanto ou mais eficientes para fazer, mas as Câmaras têm de ter uma discussão com a Polícia Militar. Não é um assunto pacífico para nós, então, essa é uma questão que deve evoluir, se vai ter ou não e se vai para quem acessar, para que tipo de finalidade vai ser realizada. É para controle de trânsito? Seria bem razoável, mas a Polícia Militar, por exemplo, já deu sinais de que o problema de segurança é dela, não da Prefeitura, então, ela gostaria de administrar os equipamentos que tiver.

São questões que vão aparecer mais para frente. Estamos falando de concessões de longo prazo e temos de manter mecanismos que possam ser adaptados ao longo dos próximos dez a quinze anos, no período de concessão. Quanto a mensagens institucionais acho que o Vereador tem toda a razão e tem de ser prestado o serviço público e essa é uma questão que tem de ser destacada na função do relógio também.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange )** – Com relação ao retorno financeiro dessa concessão, aqui no final fala em transferir esse retorno para Emurb continuar tratando o mobiliário, em se tratando de uma grande utilização dos terminais como instrumento financeiro para patrocinar essa concessão. Eu sigo a Secretaria de Transportes até para buscar um pouco mais de informações a esse respeito. Não seria interessante utilizarmos todo o retorno financeiro dessa concessão na compensação tarifária para que o aumento das tarifas futuras de ônibus pudesse ser menor do que até mesmo o índice inflacionário do ano anterior? Ou seja, buscar uma forma de transferir esses recursos para reduzir a compensação tarifária hoje que está na ordem de mais de um bilhão por ano.

**O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS** – Com relação à modelagem que foi feita, como temos outros equipamentos do mobiliário urbano, o Governo abordou o que deveria retornar para aperfeiçoar a questão do mobiliário. Inclusive para bancas de jornais, banheiros, enfim, o que tiver de ser explorado no futuro sobre a questão de disponibilizar como

compensação tarifária um eventual retorno. É uma questão que afeta a Secretaria de Transportes que não tenho condições de responder.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Dr. Francisco quer responder?

**O SR. FRANCISCO ARMANDO NOSCHANG CHRISTOVAM** – O Secretário comentou que é claro que essas concessões deverão ser onerosas. Imaginem o que o Poder Público deverá auferir com a permissão da utilização desses equipamentos? Haverá condição para que se paguem outras coisas que hoje não há disponibilidade orçamentária. Por exemplo, placas de rua. Se se quiser fazer sem exploração publicitária, é uma obrigação de a Cidade criar as devidas indicações, então, poderemos criar a receita que vem desses dois mobiliários e pagar esse tipo e outros mais.

Não sabemos, por exemplo, se a questão da padronização das bancas em tipos seria viável, isso é outra discussão. Depois, se se permitir a utilização de publicidade, quem vai explorar? O dono da banca ou uma terceira empresa que constrói? Enfim, podemos simplificar essa questão, dizendo que toda a receita proveniente da exploração desses dois equipamentos deverá formar um caixa capaz de permitir a instalação de outros mobiliários na Cidade, visando o benefício do contribuinte.

Fazer disso um vaso comunicante, ou seja, a receita que entra da exploração desse mobiliário serviria para uma tarifa menor? Não sei. Portanto, faço minha as palavras do Secretário. É outra seara, sem dúvida.

**O SR. CARLOS APOLINARIO** – Gostaria de fazer um registro porque estava a caminho daqui, ouvindo a rádio CBN, e o locutor pedia às pessoas que viessem assistir a audiência pública.

Quando presidia a comissão de estudos do Plano Diretor, junto com o atual Presidente, José Police Neto, fizemos 45 audiências públicas, andamos por toda a Cidade. E as entidades que se dizem representantes do povo de São Paulo não compareciam às audiências, e, quando o faziam, só faziam críticas contra a Câmara Municipal; nunca trouxeram

propostas. Digo isso porque esta comissão está realizando a quarta audiência, sendo que, pelo Regimento, seriam duas audiências públicas para votar o mobiliário urbano. Esta é a quarta, e ninguém está dizendo que é a última, porque poderá haver até mais uma ou duas audiências para tratar do mobiliário urbano.

Tirando a assessoria, temos em torno de 25 pessoas. Sem contar os assessores dos Srs. Vereadores que estão aqui no plenário. Estas entidades que criticam a Câmara Municipal de São Paulo depois vão dizer que a Câmara não discutiu o mobiliário urbano, que o processo não foi transparente, que eles não tiveram a oportunidade de discutir essa questão.

Faço esse registro porque isso está na TV Câmara São Paulo e também na internet. Inclusive a CBN chamou para que nós fôssemos assistidos pela internet. Dizem que tem 170 entidades em São Paulo. Cadê as entidades de São Paulo? Depois vão criticar a Câmara, dizendo que não houve debate para votação do mobiliário urbano. Quero registrar, porque, como Vereador – e embora não seja candidato a Vereador no ano que vem –, defendo a instituição Câmara Municipal de São Paulo. Eu vou embora, mas esta instituição continua.

Então quero que fique registrado para o Sr. Milton Young, que falava agora há pouco na CBN, convidando o povo, e até fazendo, muitas vezes, críticas contra a Câmara Municipal, que as 170 entidades que falam mal da Câmara não compareceram à audiência pública para dar sugestão de como se fazer melhor. Gostaria que esses que criticam a Câmara viessem trazer proposta. Eu vi aqui os Srs. Antônio Carlos, Ricardo, Luís Fernando e Paulo Renato, que vieram aqui falar. Isso é muito importante. E nós, Srs. Vereadores, viemos para ouvir o que os senhores falaram, que estarão em nossa ata e também nos Anais da Câmara. Se os senhores quiserem saber, depois, o que falaram, terão a transcrição de todas as falas na Câmara Municipal de São Paulo. Mesmo os Srs. Vereadores que não compareceram hoje terão acesso ao que os senhores falaram aqui. Estou deixando registrado porque eu canso de ouvir essas entidades irresponsáveis. Falamos aqui de banca de jornal, e com todo o respeito, que fazem a entidade ir atrás da banca de jornal, para formar uma entidade com dinheiro não

sei de quem e ficar falando mal da Câmara. Então queria deixar esse registro, Sr. Presidente, em defesa da Câmara Municipal, que está discutindo com seriedade todos os problemas nas audiências públicas.

Agradeço aos senhores que se manifestaram. Tomei nota de tudo que foi dito e levarei em consideração a fala dos senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sr. Secretário, há mais alguma manifestação?

Passarei a palavra ao Dr. Elton, para o encerramento da parte do Executivo.

**O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS** – Queria apenas agradecer a presença de todos, e dizer que tudo que foi comentado será levado em consideração no momento oportuno.

Agora, falamos em legislação autorizativa. E o futuro edital, em que vão ser estabelecidas as regras da concessão, deverá fazer parte de um processo bastante democrático, com consultas e audiências públicas. Enfim, é o desejo desta Administração que esse processo seja um sucesso, que deixe um futuro para a Cidade, como foi o Cidade Limpa (?).

Obrigado a todos.

**P** – Esta audiência foi publicada como convite no *Diário de São Paulo*, no dia 18 de março próximo passado, *Folha de S. Paulo*, e também com as chamadas da TV Câmara São Paulo.

Quero agradecer a presença de todos, entre os quais a do Secretário Elton Zacarias e a do Dr. Francisco, da DEMURB.

Quero dizer aos senhores, aos telespectadores e àqueles que nos acompanham pela internet que vamos continuar fazendo, quantas vezes for necessário, audiência pública assim que se fizer necessário, ou quando houver oportunidade, depois da primeira votação. Começaremos a discutir a partir de amanhã, quando projetos entrarão em pauta.

Em nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.